

Caderno de Prova

PGE

Procurador do Estado de Santa Catarina

Dia: 25 de outubro de 2009 • Horário: das 13 às 18 h

Duração: 5 horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

❶ Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova se:

- faltam folhas e a sequência de 100 questões está correta.
- se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado. O gabarito da prova será divulgado no site do concurso.

<http://pge.fepese.ufsc.br>

Prova Escrita

(100 questões)

1. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () Direitos fundamentais são insuscetíveis de emendas, tanto para extingui-los como para criar novos direitos.
- b. () Poder constituinte de revisão é o poder inerente à Constituição flexível, que se destina a modificar essa Constituição.
- c. (X) A Constituição, ao dar ao Congresso Nacional competências para emendá-la, lhe confere o nome de poder constituinte instituído ou constituído.
- d. () A limitação material de emenda constitucional decorre de que o órgão reformador há de proceder nos termos expressamente estatuídos na Constituição, desde que exista maioria absoluta para tal emenda.
- e. () Toda modificação constitucional feita com desrespeito do procedimento especial estabelecido implicará inconstitucionalidade material.

2. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () Cabe à União explorar os serviços de gás canalizado, na forma em que dispuser a lei.
- b. (X) O federalismo brasileiro pressupõe conferir às unidades federadas capacidade de autogoverno; autolegislação e autoadministração.
- c. () No Brasil, decorre do *status* de unidade federada, a autonomia ou independência da União em face das demais unidades políticas.
- d. () É de competência privativa da União legislar sobre assistência pública a pessoas portadoras de deficiência física.
- e. () Compete privativamente ao Município legislar sobre crime de responsabilidade do Prefeito e dos membros da Câmara de Vereadores.

3. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () A inconstitucionalidade de lei é de caráter formal quando seu conteúdo contraria preceito ou princípio da Constituição
- b. () O sistema de controle difuso de constitucionalidade se verifica quando se reconhece a uma Corte Especial a competência para apreciar as ações de inconstitucionalidade.
- c. () O controle de constitucionalidade difuso também é conhecido como controle *in abstracto* da lei que fere a Constituição.
- d. () A declaração de inconstitucionalidade na via indireta, revoga a lei atacada até que o Senado declare a sua invalidade.
- e. (X) Do princípio da supremacia da Constituição resulta o princípio da compatibilidade vertical das normas do ordenamento jurídico brasileiro.

4. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. (X) O Senado não revoga ou anula lei declarada inconstitucional na via indireta, apenas lhe retira sua eficácia.
- b. () A declaração de inconstitucionalidade por omissão obriga o Poder Legislativo a elaborar a norma faltante no prazo máximo de trinta dias
- c. () A propositura de ação de inconstitucionalidade interventiva é de competência do Governador do Estado.
- d. () Na ação declaratória de constitucionalidade, ao igual que nas demais, é obrigatória a intervenção do Advogado Geral da União.
- e. () A competência para processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade é do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

5. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () Normas constitucionais de eficácia contida somente incidem sobre interesses após uma normatividade ulterior que lhes confira plena eficácia.
- b. (X) O caráter criativo da interpretação constitucional consiste em concretizar o texto da Carta Magna, conferindo conteúdo concreto a normas gerais tais como os princípios.
- c. () Normas constitucionais de eficácia limitada possuem grau de aplicabilidade plena, podendo ter seus efeitos restringidos por norma ulterior.
- d. () Normas programáticas são aquelas que tratam de programas socioeconômicos e possuem execução imediata, independente de manifestação judicial ou legislativa.
- e. () O método sistemático de interpretação constitucional busca a finalidade da norma, pretendendo alcançar os valores por ela enunciados.

6. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () A interpretação conforme a Constituição somente é legítima quando não existe um espaço de decisão que possa ser aberto a várias propostas interpretativas.
- b. () A declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, não se relaciona com qualquer técnica interpretativa e sim, exclusivamente, com técnica de decisão.
- c. (X) A colisão entre princípios *jusfundamentais* resolve-se através de procedimentos de ponderação ou sopesamento dos valores neles inscritos, pela máxima da proporcionalidade.
- d. () A Constituição brasileira prevê expressamente a edição de lei regulamentando o processo e o julgamento das decisões do Supremo Tribunal Federal.
- e. () O Supremo Tribunal Federal exerce um controle negativo de leis, pois pode, excepcionalmente, suprir o papel do legislador, acolhendo mandados de injunção.

7. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () O território da União não pode abranger todo o território físico estatal.
- b. () Enquanto que Estados-membros, Distrito Federal e municípios possuem autonomia político-administrativa, a União é detentora de soberania e *status* internacional.
- c. () No setor econômico, cabe aos estados-membros estabelecer áreas da atividade da garimpagem.
- d. (X) A União é entidade federal que, por não se confundir com o Estado Soberano, possui personalidade jurídica de Direito Público interno.
- e. () No setor social, é tarefa dos municípios planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente secas e inundações.

8. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () Lei ordinária disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
- b. (X) O processo legislativo no Brasil compreende, dentre outras normas, a elaboração de resoluções.
- c. () Decretos legislativos podem ser editados pelo Presidente da República através de delegação de competência via resolução.
- d. () Medidas Provisórias podem tratar de matéria atinente a leis complementares tais como orçamento e créditos adicionais.
- e. () Decretos regulamentares do Chefe do Executivo possuem o mesmo *status* hierárquico e de matéria dos Decretos legislativos, somente se diferenciando quanto ao agente político que os edita.

9. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República que solicitará a delegação ao Congresso Nacional.
 - b. O veto a projeto de lei enviado ao Poder Executivo poderá ser parcial, podendo atingir parte do texto de artigo de lei.
 - c. Se o projeto de lei for rejeitado pelo chefe do Poder Executivo, poderá ser reapresentado, na mesma sessão legislativa, desde que aprovado por maioria simples do Congresso Nacional.
 - d. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre cargos públicos nos Poderes Executivo e Legislativo.
 - e. Não será objeto de emenda constitucional, matéria tendente a abolir o modelo de repartição tributária entre a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.
-

10. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. A deliberação das casas legislativas sobre o mérito de medidas provisórias não se sujeita a juízo prévio sobre seus pressupostos constitucionais.
- b. É de competência exclusiva do Presidente da República exercer a direção superior da administração federal dos três poderes da União.
- c. O Presidente da República não poderá ausentar-se do país por mais de vinte dias sem a prévia autorização do Congresso Nacional.
- d. O veto do Presidente da República a projetos de lei somente pode ser feito no seu todo, não sendo cabível o veto parcial.
- e. No caso de projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, poderá ele solicitar urgência para sua apreciação.

11. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. Os crimes de responsabilidade que forem imputados ao Presidente da República serão julgados pela lei de improbidade administrativa.
 - b. Mesmo após a instauração de processo por crime de responsabilidade contra ele, o Presidente da República não pode ser suspenso de suas funções, senão após o julgamento definitivo.
 - c. O Presidente da República pode, através de Decreto, extinguir cargos e funções públicas, criados por lei, quando vagos.
 - d. O Presidente da República, caso recebida denúncia ou queixa crime contra ele no Supremo Tribunal Federal, não poderá ser suspenso de suas funções.
 - e. O processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República é levado a efeito pelo Supremo Tribunal Federal sob a presidência do Presidente do Senado
-

12. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. Os tribunais de justiça dos Estados-membros deverão ter seu funcionamento centralizado, somente admitida a desconcentração de suas atividades administrativas.
- b. A instituição de representação por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais em face da Constituição Estadual pode ter, como legitimado para agir, só um órgão.
- c. Lei de iniciativa do Governador do Estado instalará a justiça itinerante, com realização de audiências e demais funções jurisdicionais.
- d. A competência dos tribunais dos Estados-membros será definida pela Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
- e. Os conflitos fundiários serão julgados por tribunais especiais, com competência exclusiva para questões agrárias, sendo criados por Tribunais Regionais Federais.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

13. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () A Advocacia Geral da União tem como correspondente estadual a Procuradoria Geral de Justiça.
- b. (X) É de competência do Ministério Público propor ao Poder Legislativo a criação e extinção dos seus cargos e serviços auxiliares, observados os limites de despesa com pessoal.
- c. () Não é possível conferir aos membros do Ministério Público o *status* de agentes políticos, pois a natureza da instituição é ontologicamente atrelada ao Poder Executivo, tendo apenas independência funcional.
- d. () Cabe ao Poder Executivo a formulação de proposta orçamentária do Ministério Público, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e. () Os Procuradores Gerais nos Estados poderão ser destituídos por deliberação por maioria simples do Poder Legislativo, na forma de lei complementar respectiva.

14. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () A avaliação de desempenho dos Procuradores de Estado de Santa Catarina ocorre durante dois anos, período este de aquisição de estabilidade funcional.
- b. () Nos processos judiciais e administrativos que tratem de matéria tributária, a representação do Estado de Santa Catarina incumbe à Procuradoria Geral do Estado.
- c. () A eleição do Procurador Geral de Estado em Santa Catarina será feita pelo Governador do Estado, dentre membros indicados em lista tríplice oriunda da OAB/SC.
- d. () O Procurador Geral de Estado em Santa Catarina subordina-se diretamente ao Secretário de Justiça Estadual.
- e. (X) As autarquias e fundações públicas do Estado de Santa Catarina terão serviços jurídicos próprios, vinculados à Procuradoria Geral do Estado.

15. Assinale a alternativa **correta**, com respeito ao modelo constitucional, federal e estadual brasileiro.

- a. () As normas de direitos fundamentais possuem aplicabilidade dependente de regulação legislativa, vale dizer, são normas de eficácia limitada.
- b. () O princípio da razoabilidade processual previsto na Constituição Federal refere-se, fundamentalmente, à justiça e equidade a serem observadas em toda e qualquer decisão judicial.
- c. (X) Quando se tratar de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, ao contrário de outras matérias, sua aprovação no Congresso Nacional equivalerá a emendas constitucionais.
- d. () Os direitos fundamentais são os instrumentos institucionais que asseguram as garantias fundamentais previstas na Constituição Federal.
- e. () A Ação Popular será impetrada pelo Ministério Público em defesa de pessoas carentes e para resguardar a moralidade administrativa, nos termos da Constituição Federal.

16. Quanto à estrutura organizacional da Administração Pública Brasileira e suas funções, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) A atividade administrativa do Estado é função precípua do Poder Executivo.
- b. () A atividade administrativa cinge-se aos parâmetros da *common law*.
- c. () A atividade administrativa não se subordina a quaisquer parâmetros políticos, e sim a parâmetros estritamente jurídicos.
- d. () A atividade administrativa não é executada de forma automatizada e, sim, mediante a provocação, via processo administrativo ou judicial, do interessado.
- e. () A atividade administrativa subordina-se apenas a determinações administrativas infralegais, porém de fundamento constitucional.

17. Quanto à estrutura organizacional da Administração Pública Brasileira e suas funções, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Às empresas públicas é vedado desempenhar atividade econômica.
 - b. () As fundações públicas, quando privadas, não possuem personalidade jurídica.
 - c. (X) As sociedades de economia mista podem desempenhar, tanto serviços públicos, quanto atividades econômicas.
 - d. () As autarquias da Administração Indireta são pessoas jurídicas estatais que podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
 - e. () Os serviços públicos não podem ser desempenhados através de entes estatais e, sim, pelos concessionários privados sob fiscalização do Estado.
-

18. Quanto à estrutura organizacional da Administração Pública Brasileira e suas funções, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) O desempenho de atividade econômica não é função precípua do Estado Brasileiro.
- b. () As diretrizes técnico-administrativas prescindem da sujeição à legalidade.
- c. () As autarquias da Administração Indireta não desempenham atividades tipicamente públicas e, sim, público/privadas.
- d. () As fundações públicas são entes criados pelas autarquias para desempenhar atividades de apoio a elas.
- e. () Adotadas as diretrizes políticas, no Estado de Direito, estas se subordinam hierarquicamente às decisões administrativas previamente estabelecidas.

19. Quanto à estrutura organizacional da Administração Pública Brasileira e suas funções, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A Polícia Administrativa pode, em razão de conveniência e oportunidade, desempenhar atividades de Polícia Judiciária.
 - b. () Atos materiais que precedem atos jurídicos de Polícia Administrativa são sempre indelegáveis ao particular.
 - c. () As medidas adotadas no exercício do Poder de Polícia Administrativa carecem de autoexecutoriedade.
 - d. () O exercício do Poder de Polícia Administrativa preordena-se à responsabilização dos transgressores da ordem jurídica.
 - e. (X) O exercício de Poder de Polícia Administrativa manifesta-se, tanto através de atos normativos de alcance geral, quanto de atos concretos de efeito específico.
-

20. Quanto aos Atos Administrativos, é possível afirmar:

- a. () Somente nos casos em que não se observar a sua vigência, os atos administrativos sujeitar-se-ão ao controle formal de legalidade.
- b. () Os atos administrativos pressupõem providências complementares da lei, exceto no caso de Decretos autônomos, admitidos no ordenamento brasileiro.
- c. () Os atos administrativos são sempre declarações estatais, de competência exclusiva da Administração Direta.
- d. (X) Os atos administrativos se constituem em providências administrativas que não são exclusivas de entidades públicas.
- e. () Os atos administrativos dependem sempre de uma requisição prévia do particular interessado a deflagrar sua expedição.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

21. Quanto aos Atos Administrativos, é possível afirmar:

- a. () Os elementos constitutivos dos atos administrativos podem prescindir dos seus pressupostos para efeitos de controle de validade.
- b. (X) Atos administrativos podem constituir-se em declarações, não somente de vontade, mas de variado teor, desde que editadas pelo Estado ou quem lhe faça as vezes.
- c. () O conteúdo do ato administrativo constitui-se em um dos seus pressupostos formais de legalidade.
- d. () A motivação do ato administrativo se constitui em seu pressuposto teleológico, pois diz respeito à obtenção da sua finalidade legal.
- e. () O objeto do ato administrativo, quando ilícito ou fora do comércio, determina a sua ineficácia.

22. Quanto aos Atos Administrativos, é possível afirmar:

- a. () O regulamento no direito brasileiro, embora admitido, não possui nenhuma previsão constitucional.
- b. () A atividade regulamentar do Estado independe da prévia cominação legal, bastando a constatação de carência de um direito a ser protegido.
- c. () Atos administrativos de efeito concreto são típicos exemplos de regulamentos administrativos.
- d. (X) Os atos administrativos não podem regular direitos na ausência de lei, sob pena de violação ao princípio da reserva legal.
- e. () Os atos administrativos normativos possuem o mesmo status hierárquico de leis, tais como os decretos legislativos.

23. Quanto aos Atos Administrativos, é possível afirmar:

- a. () Admite-se o regulamento autônomo no direito brasileiro, desde que seja para tratar de interesses de estrangeiro no Brasil, cujo país adote tal modalidade de atos.
- b. () A nomeação de servidor público é um típico ato administrativo cujo objeto imediato é o interesse público.
- c. () Os atos administrativos de efeito concreto possuem generalidade e abstração.
- d. () O controle jurisdicional de constitucionalidade de atos de efeito concreto se dá pela via concentrada.
- e. (X) O desiderato normativo do regulamento cinge-se aos aspectos procedimentais da lei, visando dar-lhe execução.

24. Assinale a alternativa **correta** quanto ao regime dos servidores públicos:

- a. (X) Ao servidor público não lhe será permitido ocupar função pública sem ser ele um prévio ocupante de cargo público.
- b. () Somente em casos excepcionais, é permitido ao servidor exonerar-se de cargo efetivo que estiver ocupando.
- c. () A assinatura do termo de posse daquele que é nomeado não gera, necessariamente, a investidura no cargo público.
- d. () A nomeação em cargo público é forma de provimento derivado.
- e. () A reintegração de servidor público diz respeito ao seu retorno ao cargo por não mais subsistirem os motivos de doença pela qual se aposentou.

25. Ocorrendo a extinção de cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público já efetivado no seu cargo:

- a. () Será aposentado compulsoriamente.
 - b. () Será imediatamente exonerado *ex officio* pela autoridade competente.
 - c. () Será, obrigatoriamente, nomeado para ocupar cargo comissionado de atribuições similares.
 - d. () Ficará em disponibilidade, com o recebimento integral da remuneração do cargo.
 - e. (X) Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
-

26. A nomeação em cargo público pressupõe:

- a. () Lotação de cargo público.
 - b. () Promoção no cargo público.
 - c. () Aproveitamento no cargo público.
 - d. () Redistribuição para outro cargo público.
 - e. (X) Forma de provimento originário em cargo público.
-

27. A nomeação em cargo público pressupõe:

- a. () Os agentes políticos não são espécies do gênero "agente público" e, sim, o contrário.
- b. (X) Os agentes políticos exercem poder hierárquico sobre os servidores públicos *stricto sensu*.
- c. () Os servidores públicos *stricto sensu* desempenham suas atividades nas autarquias da Administração Indireta sob regime que pode ser celetista ou estatutário.
- d. () Os cargos públicos isolados pressupõem, necessariamente, estabilidade funcional do servidor ocupante.
- e. () Os cargos vitalícios são acessíveis apenas para servidores públicos *stricto sensu* efetivos.

28. Quanto ao regime de licitações, é possível afirmar que:

- a. () A adjudicação direta ocorre somente nos casos de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24 da Lei Geral de Licitações.
 - b. () Os casos de licitação dispensada decorrem de juízo discricionário da autoridade pública nos termos do artigo 17 da Lei Geral de Licitações.
 - c. (X) É pressuposto lógico da licitação a existência de uma pluralidade de objetos e de uma pluralidade de ofertantes de bem, obra ou serviço.
 - d. () A alienação de bem imóvel dominical dispensa autorização legislativa.
 - e. () O edital de licitações é ato administrativo que não admite possibilidade de revogação por juízo discricionário.
-

29. É possível afirmar quanto aos contratos travados pelo Poder Público:

- a. () A extinção unilateral do contrato administrativo pode ocorrer por decisão discricionária do Poder Público, sem a necessidade de motivação da medida.
- b. () Admite-se, excepcionalmente, o contrato administrativo com prazo indeterminado, nos termos da Lei Geral de Licitações, desde que autorizado por Portaria Ministerial.
- c. () O princípio do equilíbrio financeiro é instituto de direito destinado a impedir que o Poder Público faça valer as cláusulas exorbitantes, quando da execução do contrato administrativo.
- d. (X) A característica de sinalagmáticos dos contratos administrativos significa que, ao serem travados, haverá reciprocidade de obrigações entre o Poder Público e o particular.
- e. () Pelo princípio da prevalência do interesse público sobre o particular, o atraso de pagamento contratual não obriga ao Poder Público a sujeitar o valor do crédito mediante correção monetária.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

30. É possível afirmar quanto aos contratos travados pelo Poder Público:

- a. (X) As cláusulas exorbitantes formam um conjunto de prerrogativas especiais que a lei outorga em favor do Poder Público, na relação contratual entre o Poder Público e o particular.
- b. () A Servidão administrativa é um direito real que sujeita um bem a suportar uma utilidade de interesse particular do cidadão.
- c. () A enfiteuse ou aforamento tanto pode ser conferida sobre bens móveis ou imóveis.
- d. () A *Exceptio non adimpleti contractus* pode ser invocada de igual modo, tanto pelo Poder Público contratante, quanto pelo particular contratado, nos termos da Lei 8666/93.
- e. () A alienação de bem imóvel pelo Poder Público pode ser feita através de prévio procedimento de Tomada de Preços.

31. A Fábrica de Doces Martinica Ltda não pagou uma dívida tributária, face a dificuldades financeiras. O sócio administrador, em seguida, conseguiu realizar a venda do único imóvel da sociedade, visando obter recursos para investir em aumento de produção e de faturamento, embora ficando a sociedade, momentaneamente, sem renda ou bens suficientes para pagar a dívida.

Nessas condições, de acordo com o Código Tributário Nacional, essa alienação será considerada:

- a. () Fraudulenta, desde que o crédito tributário esteja em fase de execução.
- b. () Operação regular, se o débito estiver apenas inscrito em dívida ativa.
- c. () Fraudulenta, desde que o crédito tributário esteja devidamente constituído, após decisão administrativa não contestada.
- d. (X) Fraudulenta, desde que o crédito tributário esteja regularmente inscrito como dívida ativa.
- e. () Fraudulenta, desde que tenha sido proposta a ação de execução fiscal, se provada a efetiva intenção do devedor.

32. Analise as alternativas abaixo, tendo em vista as disposições da lei catarinense nº 3938, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sobre normas de legislação tributária estadual, e assinale a **correta**:

- a. () Na fase contenciosa do processo de determinação e exigência do crédito tributário, são competentes para julgar, em primeira instância, a Unidade de Julgamento Singular, em segunda instância, o Conselho Estadual de Contribuintes e, em terceira instância, a Câmara Especial.
- b. () O contribuinte, em relação ao qual foi expedida uma notificação fiscal exigindo tributo e multa, tem direito a apresentar consulta e a obter resposta rápida, visando esclarecer os fundamentos legais do lançamento efetuado.
- c. () O procurador representante da Fazenda, ouvida a autoridade lançadora, pode interpor, ao Conselho Estadual de Contribuintes, pedido de cancelamento de notificação fiscal, se demonstrado que o fato gerador não ocorreu e que o contribuinte já impugnou o ato através de reclamação tempestiva.
- d. () A Procuradoria Geral do Estado pode propor ao Secretário de Estado da Fazenda, no prazo e hipóteses legais, procedimento administrativo de revisão, com efeito suspensivo, contra a decisão do Conselho Estadual de Contribuintes de que não caiba mais recurso.
- e. (X) Compete ao representante da Fazenda do Estado, junto ao Conselho de Contribuintes, representar ao Procurador-Geral do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda, irregularidades verificadas nos processos, em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes.

33. Conforme estabelece a Constituição Federal quanto à deliberação dos Estados e do Distrito Federal em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), através da celebração de convênios, nos termos da Lei Complementar nº 24 de 7.01.1975, e o disposto na Lei nº 10.297, de 26.12.1996, de Santa Catarina, analise as alternativas abaixo a respeito daquele imposto e indique a **correta**:

- a. () O Estado de Santa Catarina tem competência para a fixação de alíquotas nas operações internas inferiores às previstas para as operações interestaduais, independentemente de prévia celebração de convênios.
- b. (X) De acordo com a lei catarinense, um convênio firmado para instituir a adoção da redução da base de cálculo quanto a certas operações sujeitas ao imposto, somente produzirá efeitos no Estado após homologado pela Assembléia Legislativa.
- c. () A concessão de crédito presumido do imposto em relação a operações de saída de mercadorias cuja entrada ocorreu com isenção e, portanto, sem direito ao crédito pelo adquirente, visa corrigir distorção na tributação e, por isso, não depende de prévia celebração de convênio.
- d. () Os convênios celebrados produzem efeitos, quanto à instituição de isenção, a partir da data da publicação do decreto de ratificação do Poder Executivo e, quanto à revogação do benefício, se não instituído com prazo certo, após decorridos 45 dias da publicação do decreto de ratificação do convênio de revogação.
- e. () Os Estados e o Distrito Federal têm competência para, mediante celebração de convênios, fixar as alíquotas interestaduais segundo critérios que visem a redução das desigualdades entre as Regiões do país.

34. De acordo com o disposto na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, na Lei Complementar nº 116, de 31.07.2003, e em normas correlatas, analise as alternativas abaixo e assinale a **correta**:

- a. () Compete aos municípios a instituição de impostos sobre serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar, incluindo-se os serviços de transporte e os serviços de comunicação, quando prestados nos limites territoriais do município, ficando afastada a competência dos Estados e do Distrito Federal.
- b. () Sempre que ocorrer a aplicação de mercadorias na prestação dos serviços relacionados na Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03, incide o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sobre o valor das mercadorias e, também, incide o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), sobre o valor do serviço, salvo as exceções previstas na Lista, quando incidirá apenas o ISS, e a base de cálculo corresponderá ao valor da prestação do serviço e das mercadorias.
- c. (X) Dentre os impostos, somente o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação -(ICMS), o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros (II), e o imposto sobre a exportação (IE) podem incidir sobre operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País, mas não é inconstitucional a incidência de outros tributos, como no caso de contribuição de intervenção no domínio econômico, em relação a essas atividades.
- d. () Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais e, portanto, os Estados não têm competência para instituir contribuições, com natureza jurídica de tributo, para o custeio de regime de previdência em benefício dos seus funcionários.
- e. () Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, em relação ao qual, existindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão competência legislativa plena apenas quanto às suas peculiaridades.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

35. Quanto à base de cálculo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), analise as afirmativas abaixo:

- I. A sociedade empresária "A" realizou uma venda de produtos por ela industrializados, diretamente a um condomínio em edifício de apartamentos, que está reformando o prédio. Nesse caso, integra a base de cálculo do ICMS o valor do imposto sobre produtos industrializados (IPI) que também incide na mesma operação.
- II. A sociedade empresária "A" realizou uma venda de produtos que industrializou, para a sociedade empresária "B", que os utiliza como elementos e componentes de produtos de sua fabricação. Nessa hipótese, o valor do imposto sobre produtos industrializados (IPI), incidente nessa operação, integra a base de cálculo do ICMS devido pela sociedade empresária vendedora.
- III. A sociedade empresária "A", atacadista, realizou vendas com a promoção seguinte: o consumidor que adquirir mercadorias em valor superior a um mil reais terá desconto de 20%, sobre o valor total se, nos 30 dias seguintes, voltar à loja e realizar nova compra, com valor superior a dois mil reais. Nesse caso, se for realizado o pagamento com o desconto, a base de cálculo para incidência do ICMS adotada deve ser reduzida do valor correspondente ao desconto efetivamente concedido.

Assinale a alternativa que indica **todas** as afirmativas corretas.

- a. (X) Está correta apenas a afirmativa I.
- b. () Está correta apenas a afirmativa III.
- c. () Estão corretas as afirmativas I e II.
- d. () Estão corretas as afirmativas I e III.
- e. () Estão corretas as afirmativas II e III.

36. Analise as alternativas abaixo, relacionadas ao imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA), tendo em vista o disposto na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, na Lei nº 7.543, de 30.12.1988, de Santa Catarina, que institui esse imposto, e em normas correlatas.

Assinale a alternativa **correta**:

- a. () Se uma pessoa natural, na condição de arrematante, adquiriu, em leilão judicial, em consequência de ação de execução fiscal, um veículo automotor, deve agora, além do valor da arrematação, pagar os valores relativos ao IPVA e as multas que o proprietário não havia pago.
- b. (X) De acordo com a Constituição Federal, a lei que fixar a base de cálculo do IPVA pode prever que será aplicada e produzirá todos os efeitos a partir do primeiro dia de 2010, se for devidamente publicada até o último dia de dezembro do ano de 2009.
- c. () O proprietário de uma bicicleta não é sujeito passivo do IPVA porque a propriedade de tal veículo, não dotado de força-motriz própria, é alcançada pela imunidade.
- d. () O imposto sobre a propriedade de veículos automotores poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, da utilização e da importação, quando fabricados no exterior do país, nos termos da expressa autorização constitucional.
- e. () De acordo com a lei estadual catarinense sobre o IPVA, e conforme a Constituição Federal, serão destinados 50% do produto da arrecadação desse tributo aos municípios, proporcionalmente ao número de veículos que, em média, efetivamente circulam nos seus territórios.

37. Analise as seguintes situações, quanto à alienação de estabelecimento empresarial e aos tributos a ele relativos, e tendo em vista as disposições do Código Tributário Nacional e normas correlatas.

Assinale a alternativa **correta**:

- a. () O empresário individual, que adquiriu um estabelecimento empresarial, assume a condição de responsável, integralmente, pelos tributos relativos ao estabelecimento devidos até o ato da alienação, se o alienante também era empresário individual e iniciou outra atividade empresarial, nos quatro meses subsequentes ao ato da alienação.
- b. () No processo de falência de uma sociedade limitada, foi determinada a alienação judicial do único estabelecimento, e o sócio controlador está orientando seu neto, jovem administrador, a ser o adquirente. Nesse caso, o adquirente não será responsável pelos tributos relativos ao estabelecimento e devidos pela falida.
- c. () No processo de recuperação judicial de uma sociedade limitada, foi determinada a alienação judicial do estabelecimento empresarial correspondente a uma filial, conforme previsão no Plano de Recuperação. Se o adquirente for o neto de um sócio minoritário não integrante da administração, ele não será responsável pelos tributos devidos relativos à filial adquirida.
- d. () A pessoa jurídica que adquirir o estabelecimento empresarial de outra pessoa jurídica será responsável pelos tributos relativos ao estabelecimento, devidos até a data do trespasse, desde que já tenham sido lançados, embora ainda não definitivamente constituídos. A responsabilidade poderá ser integral ou subsidiária, nas condições e regras previstas no Código Tributário Nacional.
- e. (X) Uma sociedade anônima de economia mista adquiriu um estabelecimento empresarial, há um ano, e continuou a desenvolver a atividade que ali ocorria, de fabricação de postes e outros artefatos, atuando no mercado agora sob seu nome empresarial. Tendo o alienante iniciado a exploração de uma indústria de móveis, nos cinco meses após o ato de alienação, o adquirente tornou-se responsável, subsidiariamente, pelos tributos relativos ao estabelecimento, devidos até o ato de alienação, mesmo os não lançados antes do ato.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

38. Analise as seguintes alternativas relacionadas ao sigilo fiscal e, tendo em vista o disposto no Código Tributário Nacional e em normas correlatas, assinale a **correta**:

- a. () Autoridade administrativa, no interesse da administração pública, pode solicitar à Fazenda Pública informações sobre a situação econômica ou financeira de sujeito passivo, obtidas em razão de fiscalização, desde que essas informações sejam necessárias para dar início a processo administrativo, no órgão requerente, para investigar a prática de infração administrativa por aquele sujeito passivo.
- b. () Os Estados e o Distrito Federal poderão permutar informações com quaisquer Estados estrangeiros, sendo suficiente a prévia solicitação específica fundamentada em interesse relacionado à arrecadação e à fiscalização de tributos.
- c. () A mútua assistência para fiscalização dos respectivos tributos e para permuta de informações entre a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios independe de forma estabelecida previamente em lei ou convênio.
- d. (X) Visando a garantia da preservação do sigilo, no caso de intercâmbio de informações sigilosas, no âmbito da Administração Pública, a entrega da informação à autoridade solicitante deve ser feita pessoalmente, mediante recibo, e desde que exista processo regularmente instaurado.
- e. () A divulgação de informações relativas às inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública é vedada de forma expressa e incondicional pelo Código Tributário Nacional.

39. Analise as afirmativas abaixo e, tendo em vista o disposto no Código Tributário Nacional, verifique quais institutos de direito tributário, de acordo com sua efetiva natureza jurídica, correspondem às seguintes situações ou hipóteses.

- I. Uma lei nova determinou que não será objeto de lançamento nem, portanto, exigido, o imposto sobre as operações relativas às vendas de certos produtos, que serão realizadas pelas empresas que se instalarem no Estado, após vigência dessa lei.
- II. Uma lei nova determinou que não será exigido pagamento do imposto, nem da multa aplicada, incidente sobre operações já realizadas, que tenha sido objeto de lançamento não contestado no prazo legal, anteriormente à vigência da lei.
- III. Uma lei nova determinou que não será efetuado lançamento tributário relacionado aos atos contrários a certa lei anterior, praticados antes da lei nova, quanto às multas a que estavam sujeitos, mas ainda sem a formalização do crédito tributário correspondente.

Assinale a alternativa com a sequência que indica **corretamente** os institutos relativos às situações descritas nas assertivas I, II e III.

- a. (X) isenção, remissão, anistia.
- b. () isenção, anistia, remissão.
- c. () remissão, isenção, anistia.
- d. () remissão, anistia, remissão.
- e. () remissão, remissão, anistia.

40. Tendo em vista a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, a Lei Complementar nº 87 de 13.09.1996, a Lei nº 10.297 de 26.12.1996, de Santa Catarina, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), assinale a alternativa **correta**:

- a. () Nos termos da lei catarinense que disciplina o ICMS, os prazos de recolhimento do imposto somente poderão ser alterados mediante lei específica publicada no ano anterior àquele em que serão aplicados os novos prazos.
- b. () Mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos da Constituição Federal, poderão ser reduzidas, restabelecidas e aumentadas as alíquotas do imposto (ICMS) incidente, uma única vez, sobre os combustíveis e lubrificantes definidos na forma prevista na Constituição.
- c. (X) A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado entre os Estados e o Distrito Federal com interesse na sua implementação, conforme determina a Lei Complementar nº 87/96.
- d. () É vedado ao Poder Executivo Estadual atualizar o valor monetário da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA), mediante decreto, nos termos do que dispõe a respeito o Código Tributário Nacional.
- e. () É vedada a utilização de medida provisória para o aumento, pela União, de alíquota de contribuição social incidente sobre o lucro líquido de sociedades empresárias (CSLL).

41. O lançamento tributário, exigindo imposto devido e não pago, foi realizado em 30.01.2003, sendo que o contribuinte apresentou impugnação administrativa em 28.02.2003. Decisão administrativa irrecorrível, mantendo o ato fiscal, deu-se em 28.02.2004, e considere-se a ciência do contribuinte regularmente ocorrida na mesma data. O crédito tributário foi inscrito em dívida ativa em 30.09.2004 e ajuizada ação de execução fiscal em 20.02.2009. O juiz, mediante despacho, ordenou a citação do executado em 03.03.2009, o qual foi efetivamente citado em 06.03.2009.

De acordo com esses dados assinale a alternativa **correta**:

- a. () A impugnação administrativa interrompeu a prescrição.
- b. () A inscrição em dívida ativa interrompeu a prescrição.
- c. () A ação de execução foi ajuizada indevidamente, pois já estava prescrita.
- d. (X) Ocorreu a interrupção da prescrição a partir de 03.03.2009.
- e. () Ocorreu a interrupção da prescrição a partir de 06.03.2009.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

42. Um contribuinte do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) realizou vendas, em julho de 2005, devidamente registradas, mas efetuou o pagamento do valor de imposto fora do prazo regulamentar, em dezembro de 2005. Ocorre que, em setembro de 2006, auditoria contábil interna constatou que o valor das vendas registradas foi superior ao das vendas efetivas, e que ocorreu, por isso, um pagamento de imposto em valor maior do que o devido.

Nessas condições, quanto ao direito à restituição do valor pago a maior, assinale a alternativa **correta**:

- a. (X) O prazo para pleitear a restituição, na esfera administrativa ou judicial, é de cinco anos, contados da data de extinção do crédito tributário, ou seja, dezembro de 2005.
- b. () O prazo para pleitear a restituição, na esfera administrativa ou judicial, é de cinco anos, contados da data de ocorrência do fato gerador.
- c. () No caso de ser apresentado primeiramente pedido administrativo, prevê o Código Tributário Nacional que o prazo para propor ação judicial de restituição se suspende até a decisão administrativa.
- d. () Na situação descrita ocorreu a transferência do ônus financeiro e, por isso, esse contribuinte somente terá direito à restituição do tributo se comprovar que o consumidor, como contribuinte de fato, expressamente o autoriza a recebê-lo.
- e. () O prazo para pleitear a restituição, na esfera administrativa ou judicial, é de cinco anos, contados da data de extinção do crédito tributário que, para efeito de restituição, ocorre com a homologação tácita ou expressa do lançamento.

43. Em relação ao prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, conforme o Código Tributário Nacional, analise os seguintes fatos relativos a um contribuinte do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

- **Situação 1:** Em março de 2005 realizou vendas, mas, utilizando-se do expediente de constar valor inferior ao da venda real nas vias das notas fiscais destinadas ao fisco e ao registro fiscal e contábil, não pagou imposto relativo a essas diferenças.
- **Situação 2:** Realizou ainda, em 15 de maio de 2005, vendas que foram devidamente registradas em todos os livros obrigatórios, à disposição do fisco, porém, efetuou apenas pagamento parcial.

Foi realizada fiscalização em março de 2007, mas, por falta funcional da autoridade fiscal, não foram constatadas vendas não registradas nem insuficiência de pagamento de imposto. Não foi efetuado lançamento direto.

Observe que: para a resposta dessa questão **não** poderá ser aplicada interpretação que aceitaria conjugar um prazo de cinco anos e mais cinco para decadência.

Assinale a alternativa **correta**:

- a. () A contagem do prazo de decadência é reiniciada em março de 2007.
- b. () A data de início de contagem do prazo de decadência é, nas duas situações, o primeiro dia do ano de 2006.
- c. () A data de início de contagem do prazo de decadência é, nas duas situações, a do fato gerador.
- d. () Na data da fiscalização ocorreu a homologação, com a extinção do direito de proceder a outro lançamento em relação a possíveis débitos anteriores.
- e. (X) A data de início da contagem do prazo de decadência é o primeiro dia do ano de 2006, na primeira situação, e 15 de maio de 2005, na segunda.

44. Analise as alternativas abaixo relativas à quitação de tributos e à sujeição passiva, tendo em vista o que dispõe o Código Tributário Nacional e normas correlatas, e assinale a **correta**:

- a. () O despacho do juiz deferindo o início do processo de recuperação judicial depende da apresentação de quitação de todos os tributos.
- b. (X) Pelos tributos devidos até a morte, mas que somente foram constatados após a partilha e, por isso, não foram quitados, o “de cujus” é considerado o contribuinte e tanto os sucessores como o cônjuge meeiro são pessoalmente responsáveis, se não decorrido o prazo de decadência.
- c. () Na concessão de recuperação judicial, caso não seja apresentada a prova de quitação de todos os tributos, estes devem ser pagos nos termos do Plano de Recuperação Judicial.
- d. () De acordo com o Código Tributário Nacional, para ser proferida a sentença de julgamento da partilha, é suficiente que o imposto sobre transmissão “causa mortis” e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) esteja quitado, visto terem os herdeiros responsabilidade tributária em relação aos demais tributos devidos pelo “de cujus” e ainda não quitados.
- e. () Os tributos relativos a fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência, sem contestação administrativa ou judicial, devem ser pagos após a quitação dos créditos extracursais, ou o juiz mandará reservar bens para a extinção dos créditos tributários.

45. Tendo em vista o disposto na Lei nº 6.830, de 22.09.1980, que trata da execução fiscal, não ocorrendo o pagamento nem a garantia da execução legalmente prevista, a penhora poderá recair:

- a. (X) em qualquer bem do executado, exceto, unicamente, os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis.
- b. () em qualquer bem do executado, exceto, unicamente, os bens e rendas que a lei ou o ato voluntário do particular, formalizado anteriormente ao ajuizamento da execução, declarem impenhoráveis.
- c. () em qualquer bem do executado, exceto os bens gravados por ônus real ou cláusula de impenhorabilidade em data anterior ao ajuizamento da execução.
- d. () em qualquer bem do executado, ficando afastada qualquer previsão legal específica de impenhorabilidade, em norma de direito material ou processual.
- e. () em qualquer bem do executado, excluídos os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução, nos termos do Código de Processo Civil.

46. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. () A indenização mede-se pela extensão do dano.
- b. () A teoria do dano direto e imediato é aplicável ao sistema de responsabilidade civil brasileiro.
- c. (X) De acordo com o Novo Código Civil, o grau de culpa do agente nunca poderá influenciar na quantificação do prejuízo.
- d. () O fato exclusivo da vítima e o caso fortuito e de força maior são excludentes da causalidade.
- e. () De acordo com o Novo Código Civil, a responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos é regulada pela teoria da responsabilidade objetiva.

47. Assinale a alternativa correta.

- a. () O ato que gera o enriquecimento injustificado é, necessariamente, ilícito.
 - b. () A pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.
 - c. () O novo Código Civil não regulou casos específicos de enriquecimento injustificado, mas contém uma norma geral sobre enriquecimento sem causa.
 - d. () Segundo o novo Código Civil, não há possibilidade de se responsabilizar o incapaz pelos prejuízos que este der causa.
 - e. (X) A restituição é devida, não somente quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento sem causa, mas também se esta deixou de existir.
-

48. Assinale a alternativa correta.

- a. () Nos seguros de dano, a garantia prometida pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento da conclusão do contrato.
- b. () Nos casos regulados pela responsabilidade objetiva, a vítima não necessita provar o nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão do agente.
- c. () O contrato de mandato deve ser expresso.
- d. (X) Salvo disposição em contrário, o seguro de um interesse por menos do que valha acarreta a redução proporcional da indenização, no caso de sinistro parcial.
- e. () Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviços, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante cinco anos.

49. Assinale a alternativa correta.

- a. () A anulação do negócio jurídico é a única consequência que pode surgir do reconhecimento judicial da lesão.
 - b. (X) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
 - c. () As condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas, são consideradas como inexistentes e não invalidam o negócio jurídico a elas subordinado.
 - d. () O objeto lícito não é um dos requisitos de validade do negócio jurídico.
 - e. () A exceção e a pretensão prescrevem em prazos distintos.
-

50. Assinale a alternativa correta.

- a. () O possuidor turbado ou esbulhado na sua posse não poderá, em nenhuma hipótese, manter-se ou restituir-se por sua própria força.
- b. () Os frutos naturais e industriais reputam-se colhidos e percebidos, logo que são separados; os civis reputam-se percebidos semanalmente.
- c. (X) Feita por quem não seja proprietário, a tradição não aliena a propriedade, exceto se a coisa, oferecida ao público, em leilão ou estabelecimento comercial, for transferida em circunstâncias tais que, ao adquirente de boa-fé, como a qualquer pessoa, o alienante se afigurar dono.
- d. () O usufrutuário tem direito à posse, uso e administração, mas não pode perceber os frutos.
- e. () Não pode o condômino eximir-se do pagamento das despesas e dívidas, mesmo renunciando à parte ideal.

51. Assinale a alternativa correta.

- a. () Se o legatário for menor, o legado de alimentos abrange exclusivamente os gastos com alimentação.
 - b. () O autor da herança que não possui ascendente e descendente pode dispor de mais da metade de seus bens em testamento.
 - c. () Cabe direito de representação para os filhos do herdeiro renunciante.
 - d. () A renúncia da herança terá plena eficácia se feita por instrumento particular.
 - e. (X) Calcula-se a legítima sobre o valor dos bens existentes na abertura da sucessão, abatidas as dívidas e as despesas do funeral, adicionando-se, em seguida, o valor dos bens sujeitos a colação.
-

52. Assinale a alternativa correta.

- a. () Na consignação em pagamento, o depósito é feito no lugar de escolha do devedor.
- b. () A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis.
- c. (X) Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.
- d. () Em hipótese de dação em pagamento, se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento não se restabelecerá a obrigação primitiva.
- e. () A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, bastando que todos os débitos sejam líquidos.

53. Assinale a alternativa incorreta.

- a. () O instituto da onerosidade excessiva está vinculado aos problemas relacionados com o sinalagma funcional do vínculo obrigacional.
 - b. (X) O instituto da onerosidade excessiva, positivado no novo Código Civil, pode ser verificado nos contratos de execução continuada ou diferida e sempre terá como consequência a revisão contratual.
 - c. () A cláusula geral contida no art. 422 do novo Código Civil impõe ao juiz interpretar e, quando necessário, suprir e corrigir o contrato segundo a boa-fé objetiva, entendida como a exigência de comportamento leal dos contratantes.
 - d. () A função social do contrato, prevista no art. 421 do novo Código Civil, constitui cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito.
 - e. () A boa-fé objetiva deve ser observada pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, quando tal exigência decorrer da natureza do contrato.
-

54. Assinale a alternativa incorreta.

- a. () Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- b. () Nos casos de lesão nos negócios jurídicos, não se decretará a anulação do negócio se for oferecido suplemento suficiente ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
- c. () É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiro.
- d. (X) No regime da comunhão parcial, excluem-se da comunhão os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou por fato eventual.
- e. () Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

55. Assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
 - b. () A anuência por parte do cedido é requisito de validade da cessão de crédito.
 - c. () Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que apresentar robusta prova testemunhal.
 - d. () Na assunção de dívida, o consentimento expresso do devedor não se faz necessário.
 - e. () Na solidariedade passiva, o credor não poderá exigir parcialmente a dívida de um dos devedores solidários.
-

56. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () Aos entes despersonalizados o sistema processual reconhece a capacidade de ser parte.
- b. () Tramitando uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro que possua interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- c. () Em processos de execução por título extrajudicial, são admissíveis os embargos do devedor antes mesmo de estar seguro o juízo pela penhora.
- d. (X) Só se pode recorrer adesivamente em algumas espécies de recursos, quais sejam: apelação, recurso especial, recurso extraordinário e agravo de instrumento.
- e. () A medida cautelar assegura o resultado útil do provimento jurisdicional final de mérito do processo principal.

57. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () A complexidade do procedimento comum ordinário coaduna-se com a profundidade da cognição processual exauriente.
 - b. () As regras de competência territorial se referem, via de regra, a normas de competência relativa.
 - c. () Há situações excepcionais em que o juiz inicia os feitos processuais de ofício.
 - d. () A incompetência absoluta é analisada de ofício pelo magistrado, bem como alegada como preliminar da contestação.
 - e. (X) A legislação processual expressamente prevê o termo inicial para a execução das multas cominatórias fixadas liminarmente em execução de obrigação de fazer e não fazer (CPC, art. 461 § 4º).
-

58. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () Em direito processual civil, as ações podem ser declaratórias, constitutivas ou indenizatórias.
 - b. () Pretensões meramente declaratórias podem ser atingidas pela prescrição.
 - c. (X) Os prazos previstos em normas de natureza cogente não podem sofrer alteração por convenção das partes.
 - d. () Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
 - e. () Extingue-se o processo sem resolução do mérito nos casos em que o magistrado reconhece ter havido prescrição ou decadência.
-

59. Assinale a alternativa **correta**:

- a. (X) O objeto da ação identifica-se pelo pedido.
- b. () A nomeação à autoria é admissível no procedimento sumário.
- c. () O nascituro não pode ser parte em uma ação.
- d. () A oposição, caso seja oferecida antes da audiência de instrução e julgamento, será processada nos próprios autos principais.
- e. () A denunciação da lide provoca a substituição do réu, alterando o pólo passivo da demanda.

60. Assinale a alternativa correta:

- a. () A competência relativa pode ser prorrogada apenas pela continência e pela conexão.
 - b. (X) A extinção do processo sem resolução do mérito faz coisa julgada formal.
 - c. () No ato da citação, as pessoas que tenham entre 16 e 21 anos e idade serão representadas por seus pais, tutores ou curadores.
 - d. () Na citação por hora certa, o prazo de resposta se inicia a partir do momento em que o réu é cientificado.
 - e. () De acordo com o CPC, na citação por edital o juiz pode fixar o prazo do referido edital entre 50 e 60 dias.
-

61. Assinale a alternativa correta:

- a. () A citação do militar em serviço será sempre efetuada na unidade em que estiver servindo.
- b. () Nem mesmo o juiz pode alterar os prazos peremptórios.
- c. () Para efeito forense, os sábados e os domingos são considerados feriados.
- d. (X) O foro do domicílio do alimentando é competente para o julgamento da ação de investigação de paternidade, quando cumulada com alimentos.
- e. () As nulidades podem ser reconhecidas em juízo a fim de anular atos praticados em desacordo com a norma processual, ainda que delas não decorra qualquer prejuízo para as partes e para o processo.

62. Assinale a alternativa correta:

- a. () As sociedades sem personalidade jurídica são representadas em juízo pelas pessoas que os seus contratos ou estatutos sociais determinarem.
 - b. () Segundo o CPC, a petição inicial não pode ser indeferida pela falta da indicação do endereço onde os procuradores do autor receberão intimações.
 - c. (X) A pessoa casada necessita do consentimento de seu consorte para propor ações que versem a respeito de direitos reais imobiliários.
 - d. () As multas decorrentes da prática de atos atentatórios à dignidade da justiça são cobradas em favor do Estado.
 - e. () Os atentatórios considerados atentatórios à dignidade da justiça são praticados no processo de conhecimento.
-

63. Assinale a alternativa correta:

- a. (X) A fazenda pública possui prerrogativas no âmbito do direito processual.
 - b. () As multas decorrentes da prática de atos atentatórios à dignidade da jurisdição são cobradas em favor da parte.
 - c. () A boa-fé processual é uma obrigação das partes.
 - d. () Não existem regras específicas para antecipação da tutela contra a fazenda pública.
 - e. () A antecipação da tutela e as medidas cautelares possuem os mesmos requisitos legais.
-

64. Assinale a alternativa correta:

- a. () Conforme o CPC, os embargos de declaração são cabíveis em caso de erro de fato.
- b. (X) Os recursos interpostos pelos Estados são dispensados de preparo.
- c. () A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- d. () O recorrente não pode desistir dos recursos que interpôs se não obtiver a anuência do recorrido.
- e. () Para ser realizado, o reexame necessário depende de requerimento expresso e fundamentado da fazenda pública.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

65. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () A tempestividade constitui pressuposto objetivo de admissibilidade recursal.
 - b. () Contra a decisão havida em reexame necessário, o Estado, não tendo apresentado recurso voluntário da sentença que o condenou, poderá interpor os Recursos Especial e/ou Extraordinário, caso o Tribunal de Justiça mantenha o entendimento da sentença desfavorável à fazenda pública.
 - c. () O Supremo Tribunal Federal tem a competência de julgar, mediante recurso extraordinário, causa decidida em única instância pelo Tribunal de Justiça, quando a decisão recorrida julgar válida lei estadual contestada em face de lei federal.
 - d. () Os recursos especial e extraordinário possuem, em princípio, efeito meramente devolutivo.
 - e. (X) Os tribunais superiores não deferem liminares cautelares visando antecipar a tutela recursal, dado se tratar, antecipação e cautela, de medidas de urgência de caráter distinto.
-

66. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () A medida cautelar de exibição de documentos possui caráter preparatório.
- b. () O poder geral de cautela possui a concessão de medidas cautelares de ofício.
- c. () Via de regra, a sentença cautelar não faz coisa julgada material.
- d. (X) A medida cautelar de produção antecipada de provas não previne a competência do juízo para a ação principal.
- e. () Os alimentos provisionais podem ser concedidos no processo principal ou em medida cautelar autônoma.

67. Assinale a alternativa **incorreta**, a respeito dos embargos de declaração:

- a. () Não dependem de preparo.
 - b. () Excepcionalmente, podem adquirir efeito modificativo.
 - c. (X) Sua interposição suspende o prazo para a interposição dos demais recursos.
 - d. () Podem ser interpostos em face de decisões interlocutórias.
 - e. () São interpostos em caso de omissão, contradição ou obscuridade da decisão recorrida.
-

68. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. (X) Apenas o autor do feito principal pode requerer o sequestro do bem sob litígio.
 - b. () A medida cautelar de arresto visa a conservação de coisa determinada.
 - c. () A medida de sequestro cautelar é cabível no curso do processo de conhecimento.
 - d. () O arresto cautelar garante a execução por quantia certa.
 - e. () Tanto os bens móveis quanto os bens imóveis podem ser objeto da medida cautelar de sequestro.
-

69. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () O agravo retido independe de preparo.
- b. () O agravo de instrumento é protocolado diretamente no tribunal
- c. () Em sede de agravo de instrumento, é possível pleitear-se a antecipação da tutela recursal.
- d. () Contra as decisões proferidas em audiência de instrução de julgamento, o recurso cabível é o agravo retido.
- e. (X) O recurso de apelação interposto contra a sentença que indefere a petição inicial não comporta juízo de retratação.

70. Assinale a alternativa incorreta:

- a. (X) O julgamento antecipado da lide se dá mediante decisão interlocutória.
 - b. () O juiz decide a lide nos limites em que foi proposta, conforme a delimitação constante do pedido.
 - c. () A sentença *ultra petita*, ao invés de ser integralmente anulada pelo tribunal, deve, por este, ser reduzida aos limites do pedido.
 - d. () Na audiência de instrução e julgamento também há lugar para a conciliação, antes de se iniciar a respectiva instrução.
 - e. () A inspeção judicial pode ser determinada de ofício pelo magistrado.
-

71. Decorrentes do Contrato de Trabalho, sobre os direitos dos empregados, assinale a alternativa correta:

- a. () São afetados quando se altera a estrutura jurídica da empresa de sociedade limitada para sociedade anônima.
- b. (X) Não são afetados pela mudança de propriedade da empresa e nem pela alteração da sua estrutura jurídica.
- c. () Devem adaptar-se às contingências da mudança de propriedade da empresa, até mesmo com redução salarial, desde que com cláusula de garantia efetiva e expressa de continuidade do emprego.
- d. () São afetados quando há mudança de empresa individual para sociedade limitada ou quando se altera o quadro dirigente de uma sociedade anônima.
- e. () Não são afetados pela alteração de sua estrutura jurídica, salvo quando se tratar de empresa pública ou órgão da Administração Pública Direta e Indireta. Para eles há permissão de reduzir direitos adquiridos dos empregados.

72. Em relação ao Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas, seria equivocado dizer sobre ele que:

- a. () Consiste na impossibilidade jurídica de o empregado privar-se voluntariamente das vantagens conferidas pelo Direito do Trabalho.
 - b. () Constitui uma limitação à autonomia da vontade contratual que previne vícios do consentimento e renúncia de vantagens por pressão do poder econômico do empregador.
 - c. () Admite poucas formas de transação de direitos, desde que em consonância com preceito constitucional e negociada coletivamente com a participação dos sindicatos.
 - d. (X) Admite a possibilidade de transação de direitos, mesmo com prejuízo para o empregado, desde que considere o ajuste como uma cláusula liberatória ampla.
 - e. () Revela o caráter imperativo das normas trabalhistas, bem como a sua essência social.
-

73. Em relação ao Princípio da Primazia da Realidade, seria equivocado dizer sobre ele que:

- a. () Deve-se observar a realidade dos fatos em detrimento dos aspectos formais que eventualmente os atestem.
- b. () É comum verificar alterações nas condições de trabalho pactuadas verbalmente, alterações essas que não sendo incorporadas formalmente ao contrato de trabalho deixam incertezas no futuro, trazendo ao empregado dificuldade de prová-las.
- c. () Em conjunto com este princípio encontra-se outro, que é o "in dubio pro operário" ou "in dubio pro misero", ambos derivados do Princípio de Proteção, que considera o empregado como parte contratual hipossuficiente.
- d. () Os contratos de trabalho podem ser escritos ou verbais.
- e. (X) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal e, nesse caso, o vínculo de emprego forma-se diretamente com o tomador dos serviços, então o vínculo trabalhista pode ser declarado com órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

74. Sobre o Contrato de Trabalho, assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () Os riscos econômicos do negócio são exclusivamente do empregador.
- b. (X) Quando há participação nos lucros, o empregado assume os riscos da atividade econômica conjuntamente com o empregador.
- c. () O trabalho desenvolvido pelo empregado deve ser prestado pessoalmente, ou seja, exclusiva e unicamente pelo contratado, não podendo tal prestação ser delegada ou repassada a terceiros.
- d. () É uma das várias espécies de relação de trabalho.
- e. () O peculiar da relação de emprego é a subordinação, razão pela qual é também denominada como relação de trabalho subordinado.

75. Sobre as entidades sindicais do Direito Coletivo do Trabalho, assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () A substituição processual é uma medida que confere aos sindicatos legitimção processual para a defesa de direitos individuais e coletivos trabalhistas em nome dos associados.
- b. () A central sindical é a entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional que tem uma atribuição legal de coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas.
- c. (X) Constituem associações sindicais de grau superior as confederações, as quais são formadas por resolução de uma central sindical segundo uma base territorial estadual mínima.
- d. () A aferição dos requisitos de representatividade das centrais sindicais será realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- e. () Os sindicatos desempenham funções que podem ser divididas em dois grupos: as funções derivadas da investidura sindical e as funções derivadas da natureza jurídica de associação privada.

76. Na teoria do Direito Coletivo do Trabalho, encontra-se **incorreta** a seguinte alternativa:

- a. () O Direito Coletivo do Trabalho pode, assim, ser definido como uma parte do Direito do Trabalho que estuda a organização sindical, a negociação coletiva, convenção coletiva e os conflitos coletivos do trabalho.
- b. () Liberdade sindical é o direito assegurado aos trabalhadores e empregadores de associarem-se livremente, constituindo sindicatos, os quais não poderão sofrer intervenções estatais ou privadas, com a finalidade de realizar interesses próprios.
- c. () A organização sindical brasileira está baseada na unicidade sindical e na sindicalização paralela de trabalhadores e empresários entendidos como polos opostos.
- d. (X) O acordo coletivo de trabalho está situado em um nível de menor abrangência do que a convenção coletiva; portanto, o seu conteúdo e os seus efeitos não podem ser os mesmos e devem versar sobre outros assuntos que não foram tratados em convenção coletiva.
- e. () Quando o empregador determinar o fechamento do seu estabelecimento de forma intencional, com a finalidade de pressionar os seus empregados a aceitarem condições menos favoráveis, prejudicando a negociação coletiva, temos o chamado movimento de "lock-out".

77. Sobre o Processo do Trabalho, assinale a alternativa **correta**:

- a. (X) A confissão pode ser real ou ficta.
- b. () A confissão sempre implica revelia.
- c. () A confissão no processo do trabalho é a situação daquele que não oferece resistência, ou seja, ausência de defesa.
- d. () A confissão revela-se como uma pena pela ausência de depoimento de testemunhas que estavam obrigadas a depor.
- e. () A revelia é uma pena que não impede a posterior produção de provas pela reclamada.

78. Em relação ao acesso à Justiça do Trabalho, é **incorreto** afirmar que:

- a. () Em relação à reclamada, a lei não permite isenção de custas processuais às sociedades empresárias.
- b. () O trabalhador que estiver desempregado, afirmando estado de miserabilidade, pode estar isento de custas processuais.
- c. (X) Em nenhum caso as partes serão admitidas em juízo sem a representação de advogado, pois o artigo 133 da Constituição da República de 1988, revogou expressamente o “*jus postulandi*”.
- d. () A petição de recurso ordinário, bem como toda postulação em segunda instância e no Tribunal Superior do Trabalho, deverá estar subscrita por advogado.
- e. () Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária, prestada pelo sindicato representante da categoria a que pertence o trabalhador necessitado, enseja o direito à percepção de honorários advocatícios como sucumbência.

79. Sobre o Procedimento Sumaríssimo, é **incorreto** afirmar que:

- a. () Comporta o pressuposto do controle da aplicabilidade do procedimento, competindo ao juiz verificar, de ofício, a correspondência do valor atribuído à causa com o conteúdo econômico da pretensão.
- b. (X) Não estão excluídos do procedimento sumaríssimo os dissídios individuais em que a parte é a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.
- c. () Deve conter a memória de cálculo com a discriminação das somas correspondentes aos créditos pretendidos pelo autor, para aferir a correção do valor correspondente ao pedido.
- d. () A determinação de aditamento ou emenda da petição inicial deverá ocorrer na audiência, ainda que depois de efetivada a citação, mas sempre antes do recebimento da resposta da ré.
- e. () Se na audiência as partes estiverem presentes são intimadas da sentença na própria audiência; porém, se ausentes ou sendo revel o réu, todos serão intimados por carta com aviso de recebimento.

80. No Processo do Trabalho, é **incorreto** afirmar que:

- a. () Denomina-se reclamação trabalhista plúrima a situação verificada quando mais de um reclamante postula contra a mesma reclamada direitos individuais decorrentes do contrato de trabalho com a característica de ter a causa de pedir e pedidos semelhantes, sendo facultado ao juiz aceitar ou não este litisconsórcio ativo.
- b. () O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região tem jurisdição sobre todo território do Estado de Santa Catarina, enquanto que em São Paulo existem dois TRTs para dividirem sobre seu território as suas respectivas jurisdições.
- c. () A conciliação é um objetivo a ser perseguido por todo o Poder Judiciário brasileiro e, na Justiça do Trabalho, é cabível a qualquer momento.
- d. () O Ministério Público do Trabalho, em caso de greve em atividade essencial e com possibilidade de lesão do interesse público, é competente para propor o dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho.
- e. (X) O juiz do trabalho não é obrigado a aceitar acordo de conciliação, tampouco é uma obrigação dele fundamentar por que o acordo não foi homologado.

81. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () É punível a tentativa de contravenção penal.
- b. (X) A pena de multa deverá ser paga pelo condenado dentro de 10 (dez) dias após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- c. () O agente, no caso de estrito cumprimento do dever legal, não responde pelo excesso culposos.
- d. () A grave ameaça e a violência, ínsitas ao crime de roubo, não impedem o reconhecimento do princípio da insignificância.
- e. () O comportamento da vítima não diminui o grau de reprovabilidade da conduta do agente.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

82. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () O arrependimento eficaz nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa por ato voluntário do agente, até o oferecimento de denúncia, determina a redução da pena aplicável de um a dois terços.
- b. () O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, exclui o dolo; se evitável, poderá determinar a diminuição da pena de um sexto a um terço.
- c. (X) A teoria da ubiquidade significa que se considera lugar do crime tanto o lugar do comportamento como o do resultado.
- d. () A pena restritiva de direito de limitação de fim de semana consiste na permanência por período integral, aos sábados e domingos, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
- e. () O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio não são puníveis se o crime não chega a ser tentado.

83. Assinale a alternativa **correta**:

- a. (X) É causa impeditiva da prescrição o fato de o agente estar cumprindo pena no estrangeiro.
- b. () A publicação da sentença absolutória é uma das causas interruptivas da prescrição.
- c. () A ação penal para os crimes sexuais é pública, condicionada à representação do representante legal do ofendido menor de 18 anos ou pessoa vulnerável.
- d. () No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade não incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- e. () O crime de prevaricação consuma-se quando o agente deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse próprio ou alheio.

84. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () Na hipótese de continuidade delitiva, tratando-se de crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando aspectos relativos ao agente, aumentar a pena do crime mais grave até o triplo, ainda que a reprimenda resultante exceda a que seria cabível para o concurso material.
- b. () O crime de lavagem de dinheiro pode ter como crime antecedente o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo, crime contra a administração pública e de sonegação fiscal.
- c. () Nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, é efeito da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a dois anos.
- d. (X) Constitui crime funcional contra a ordem tributária patrocinar direta ou indiretamente interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.
- e. () Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial, sexual ou religiosa.

85. Assinale a alternativa correta:

- a. () O Código Penal permite a redução de um sexto a dois terços na pena daquele, co-autor ou partícipe de crime contra o sistema financeiro, que confesse espontaneamente e revele à autoridade judicial ou policial toda a trama.
- b. () Nos crimes ambientais, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos.
- c. () Pratica o delito de falsidade ideológica o agente que atribui a si ou a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.
- d. () Tratando-se de crimes ambientais, previstos na Lei nº 9.605/98, a multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; entretanto, revelando-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até duas vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- e. (X) O fiscal do imposto de renda que exige indevida vantagem para não cobrar tributo pratica o crime previsto no art. 3º, II, da Lei nº 8.137/90, que nada mais é senão a composição dos crimes de concussão e corrupção passiva, contudo praticados com a finalidade de deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los indevidamente.

86. Assinale a alternativa correta.

- a. () A suspensão condicional do processo impede a impetração de habeas corpus objetivando o trancamento da ação penal.
- b. (X) A possibilidade de correção da tipificação do fato descrito na denúncia, denominada *emendatio libelli*, só pode ser exercida no juízo de primeiro grau.
- c. () A decadência fulmina o direito à queixa-crime exclusiva e o direito de representação, mas não afeta o direito ao exercício da ação penal privada subsidiária da pública.
- d. () No procedimento ordinário, as testemunhas de acusação serão ouvidas dentro do prazo de vinte dias, quando o réu estiver preso, e de quarenta dias, quando solto.
- e. () A testemunha que residir fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes, suspendendo-se a instrução criminal até o seu retorno ao juízo deprecante, sob pena de cerceamento de acusação ou defesa.

87. Assinale a alternativa correta.

- a. () O recurso não terá efeito suspensivo no caso de concessão de livramento condicional.
- b. () Subirão em autos apartados, mediante traslado, os recursos quando interpostos de ofício.
- c. () A decadência fulmina o direito de queixa-crime exclusiva e o direito de representação, mas não afeta o direito ao exercício da ação penal privada subsidiária da pública.
- d. () Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, caberá recurso no sentido estrito do despacho, decisão ou sentença que impronunciar o réu.
- e. (X) Nos processos por crime contra a honra, em que forem querelantes as pessoas que a Constituição Federal sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal a este caberá o julgamento, quando oposta e admitida, a exceção da verdade.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

88. Assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) O juiz presidente pode representar o desaforamento do julgamento pelo Tribunal do Júri.
- b. () A representação do ofendido ou seu representante legal nos crimes de ação penal pública condicionada será retratável até o recebimento da denúncia.
- c. () Na hipótese de co-réus, o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos automaticamente.
- d. () Compete ao Supremo Tribunal Federal a concessão de exequatur às cartas rogatórias, bem como a homologação de sentença estrangeira.
- e. () O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade não cessa pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, ainda que não tenham sobrevivido descendentes, não podendo funcionar como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

89. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () O Ministério Público pode devassar o sigilo de correspondência quando o conteúdo estiver relacionado ao crime sob investigação.
- b. (X) As regras processuais do procedimento ordinário, em parte, são aplicáveis ao procedimento sumaríssimo.
- c. () A autoridade policial poderá conceder fiança quando o máximo da pena privativa de liberdade, isolada, cumulativa ou alternativamente cominada, não exceder a três meses.
- d. () Nos crimes que provoquem clamor público, punidos com reclusão cuja pena mínima cominada seja inferior a 2 (dois) anos, sendo o réu primário e de bons antecedentes, o juiz poderá conceder liberdade provisória com fiança.
- e. () O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que em consequência tenha de aplicar pena mais grave. Se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei, e em se tratando de infração da competência de outro juízo, prorrogar-se-á a sua competência.

90. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () O princípio da identidade física do juiz não é aplicável na esfera penal.
- b. () O direito de recorrer em liberdade não se estende ao recurso especial e ao recurso extraordinário, eis que essas modalidades excepcionais de impugnação recursal não se revestem de eficácia suspensiva.
- c. (X) O sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, poderá ser embargado por terceiro adquirente de boa-fé.
- d. () Nos crimes ambientais, na hipótese de pessoa jurídica criminoso, o excesso de acusação pode ser sanado pela via do Habeas Corpus.
- e. () O prazo para interposição dos embargos de declaração na Lei 9.099/95 é de 2 dias e suspende o prazo recursal.

91. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Constituição do Estado de Santa Catarina:

- a. () Independe de lei a fixação de prazo para proferimento de decisão final em processo contencioso administrativo-tributário.
- b. () A Administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado, certidão ou cópia autenticada de atos e contratos administrativos, independente de prazo fixado em lei.
- c. () A autoridade competente tem prazo de sessenta dias para atender quaisquer requisições do Poder Judiciário.
- d. (X) Os atos administrativos são públicos, podendo ser sigilosos no interesse da Administração, quando a lei assim impuser.
- e. () No processo administrativo, somente se observará o requisito do contraditório e da ampla defesa, quando versar sobre lesão ou ameaça a direitos subjetivos.

92. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Constituição do Estado de Santa Catarina:

- a. () Independe de lei específica a autorização para a dissolução de Empresa Pública.
 - b. (X) Depende de lei específica a autorização para constituição de Empresa Pública.
 - c. () Autarquias e Fundações Públicas formam parte dos órgãos da Administração Direta.
 - d. () Lei específica apenas autoriza a criação de autarquia, sendo necessário ainda o seu registro em cartório competente.
 - e. () Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista integram os órgãos de cúpula do Poder Executivo.
-

93. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Constituição do Estado de Santa Catarina:

- a. () A publicidade de obras, serviços e campanhas de órgãos públicos podem, excepcionalmente, aludir a símbolos da gestão partidária que estiver governando.
- b. () A obrigatoriedade de licitação pública não impede que, dependendo do seu objeto, omitam-se cláusulas que fixem a obrigação de pagamentos.
- c. () No processo administrativo, a obrigatoriedade de decisões motivadas não se aplica no caso de atos discricionários.
- d. () A licitação e contratação de obras públicas são proibidas no período de até cento e vinte dias precedentes ao término do mandato do Governador, sem exceções.
- e. (X) A publicidade de atos, programas e obras do Poder Público serão suspensas noventa dias antes das eleições, ressalvadas as essenciais ao interesse público.

94. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Lei 5624/1979 e alterações posteriores:

- a. () Mesmo que o movimento forense o exija, a lei veda a subdivisão da comarca em duas ou mais varas.
 - b. () A comarca será constituída de um ou mais municípios, vedando-se, porém, a formação de área contígua, com denominação determinada pelo Poder Judiciário.
 - c. (X) A comarca será constituída de um ou mais municípios, recebendo a denominação daquele que lhe servir de sede.
 - d. () O território do Estado, para a administração da justiça, divide-se em distritos, municípios e comarcas, vedando-se a criação de subdistritos.
 - e. () A instalação de comarca depende apenas de decisão do Poder Judiciário, e, somente em caso de denúncia, dependerá de inspeção do Corregedor Geral.
-

95. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Lei 5624/1979 e alterações posteriores:

- a. (X) Haverá em cada distrito ou subdistrito um juiz de paz e dois suplentes.
- b. () Para a instalação de comarca, a cadeia será dispensada em casos de insuficiência de recursos orçamentários.
- c. () Considera-se receita tributária a totalidade de tributos recebidos pelo município, excluídas as transferências e cotas de participação.
- d. () Os tribunais e juizes citados na Lei 5624/1979 têm competência privativa para conhecer todas as espécies jurídicas, inclusive casos previstos na Constituição e demais leis.
- e. () Juizes de Paz, nos termos da Lei 5624/1979, não integram os órgãos do Poder Judiciário do Estado.

7º Concurso Público de Provas e Títulos

96. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Lei 6.745/1985 e alterações posteriores:

- a. () O processo disciplinar será realizado por comissão composta por três servidores, efetivos ou comissionados.
- b. () A deflagração do processo administrativo disciplinar decorrerá de Ofício exarado pela autoridade competente.
- c. () O presidente da comissão processante somente poderá exercer, concomitantemente, a função de Secretário no processo administrativo disciplinar.
- d. (X) O acusado em processo disciplinar poderá acompanhar o processo, podendo, também, constituir procurador.
- e. () A suspensão é penalidade disciplinar cabível quando a sanção for inferior a trinta dias.

97. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Lei 6.745/1985 e alterações posteriores:

- a. () A reintegração do servidor público independe do termo de posse no cargo por ele ocupado.
- b. () Mesmo julgada parcialmente procedente a revisão de processo disciplinar, não caberá a substituição da pena imposta originariamente ao servidor.
- c. () O pedido de revisão de decisão punitiva em processo disciplinar prescreverá em cinco anos, a contar da data da prática da infração que ensejou o processo.
- d. () A revisão do processo administrativo disciplinar poderá, mediante devida comprovação, agravar a pena imposta ao servidor.
- e. (X) A reintegração em cargo público decorre de decisão administrativa ou judicial e pressupõe ressarcimento de vencimentos e vantagens do cargo.

98. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Lei 12069/2001 e alterações posteriores:

- a. () A petição inicial, quando subscrita por advogado, não exige o instrumento de procuração por se tratar de controle abstrato de constitucionalidade.
- b. () O indeferimento liminar da petição inicial não é cabível quando a ação for carente de fundamentação.
- c. () Em casos excepcionais, admite-se a desistência após a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d. (X) Em caso de lei ou ato normativo municipal, o Prefeito Municipal está legitimado à propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.
- e. () O prazo para prestar informações ao Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade dependerá da fixação a ser dada pelo próprio Tribunal de Justiça.

99. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Lei Complementar nº 317/05.

- a. () O Procurador-Geral do Estado depende de eleição para presidir o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado.
- b. () É vedado ao Procurador-Geral do Estado avocar processos de que sejam parte as entidades da administração pública estadual indireta.
- c. (X) O Subprocurador-Geral do Contencioso será nomeado em comissão pelo Governador do Estado dentre integrantes estáveis da carreira de Procurador do Estado.
- d. () O Corregedor Geral poderá ser nomeado, pelo Governador do Estado, dentre integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina.
- e. () No concurso de ingresso ao cargo de Procurador do Estado, dez por cento das vagas serão providas por pessoas portadoras de necessidades especiais.

100. Assinale a alternativa **correta**, segundo a Lei Complementar nº 317/05.

- a. (X) Os cargos de Procurador do Estado constituem carreira integrada nas classes Inicial, Intermediária e Final.
- b. () A remoção de Procurador do Estado somente pode ocorrer por concurso ou processo administrativo.
- c. () Para efeitos de remoção, computam-se as licenças e os afastamentos remunerados do Procurador do Estado como tempo de efetivo exercício.
- d. () A movimentação do Procurador do Estado de um órgão de execução central a outro não implica a redistribuição de todos os processos administrativos e judiciais.
- e. () Não cabe movimentação a pedido por parte do Procurador do Estado.



**FEPESE • Fundação de Estudos e
Pesquisas Sócio-Econômicos**
Campus Universitário • UFSC
88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000
<http://www.fepese.ufsc.br>

**Classe inicial da Carreira de Procurador do
Estado de Santa Catarina (PGE)**

1	C	11	C	21	B	31	D	41	D	51	E	61	D	71	B	81	B	91	D
2	B	12	D	22	D	32	E	42	A	52	C	62	C	72	D	82	C	92	B
3	E	13	B	23	E	33	B	43	E	53	B	63	A	73	E	83	A	93	E
4	A	14	X	24	A	34	C	44	B	54	D	64	B	74	B	84	D	94	C
5	B	15	C	25	E	35	A	45	A	55	A	65	X	75	C	85	E	95	A
6	C	16	A	26	E	36	B	46	C	56	D	66	D	76	D	86	X	96	X
7	D	17	C	27	B	37	E	47	E	57	E	67	C	77	A	87	X	97	E
8	B	18	A	28	C	38	D	48	D	58	C	68	X	78	C	88	A	98	D
9	X	19	E	29	D	39	A	49	B	59	A	69	E	79	B	89	B	99	C
10	E	20	D	30	A	40	C	50	C	60	B	70	A	80	E	90	C	100	A

X - Questões Anuladas